

Pacientes serão recadastrados

Juliana Cézar Nunes

Da equipe do **Correio**

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal decidiu ontem seguir uma das recomendações do relatório elaborado pelo governo federal na semana passada. A partir de segunda-feira, pacientes que recebem remédios de alto custo serão chamados para um recadastramento. O objetivo é colocar em ordem um dos setores mais importantes da saúde pública do DF, responsável pelo tratamento de pessoas com doenças tão graves quanto fibrose cística e esclerose múltipla.

Com a decisão, o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, dá o primeiro de muitos passos necessários para acabar com as irregularidades identificadas pelo governo federal. Entre elas, compras de medicamentos com dispensa de licitação — 60% do total — e valores até 374% acima do praticado por outros estados do país.

Em relação aos remédios de alto custo, os técnicos do governo concluíram que os recursos para a compra são passados regularmente pelo ministério — cerca de R\$ 700 mil mensais. No entanto, o relatório atesta que não há como saber se o dinheiro está sendo usado corretamente e se supre as necessidades da população. O problema está justamente na inexistência de uma lista confiável de pacientes beneficiados.

As falhas na administração do Programa de Distribuição de

Medicamentos de Alto Custo já haviam sido detectadas pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF) em dezembro do ano passado. Na época, os técnicos recomendaram à secretaria que criasse uma série de normas de controle interno. Entre elas, o registro dos pacientes e o acompanhamento da entrega dos remédios. Das determinações do tribunal, a secretaria cumpriu apenas duas: melhorar as instalações físicas da farmácia — transferindo-a para um novo local — e aumentar a vigilância sobre os funcionários que lidam com os remédios.

Em outubro deste ano, os auditores da Secretaria Federal de Controle Interno voltaram a verificar falhas no sistema de distribuição dos medicamentos. Das 118 fichas de pacientes, apenas 3% continham remédios pagos pelo Ministério da Saúde e efetivamente distribuídos pela secretaria. No período em que os analistas acompanharam as atividades da farmácia central, eles constataram que não havia nas prateleiras a droga Interferon alfa, usada no tratamento da hepatite C. No entanto, consta na fatura do Ministério o pagamento de 120 unidades desse mesmo remédio.

A fatura do medicamento Clozapina 100 mg foi a que mais impressionou os técnicos. De acordo com ela, os pacientes receberam 8,3 mil unidades do medicamento, usado no tratamento de distúrbios mentais. Os analistas só conseguiram comprovar 360 entregas.